ORDEM
DOS
ENGENHEIROS

CONSELHO COORDENADOR DOS COLÉGIOS

Ata nº 2/2014

Data: 12 de março de 2014 às 16h00
Local: Sede da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa

Estiveram presentes os (as) seguintes Engenheiros (as): Carlos Loureiro, que presidiu à reunião na qualidade de Vice-presidente Nacional e Presidente do CCC; Cristina Machado (Presidente do Colégio de Engenharia Civil); António Machado e Moura (Presidente do Colégio de Engenharia Eletrotécnica); Rui Marques de Brito (Presidente do Colégio de Engenharia Mecânica); Teresa Burguete (Vogal Nacional do Colégio de Engenharia Geológica e de Minas em representação do Presidente); Luís Araújo (Presidente do Colégio de Engenharia Química e Biológica); Bento Manuel Domingues (Presidente do Colégio de Engenharia Naval); Teresa Sá Pereira (Presidente do Colégio de Engenharia Geográfica); Pedro Castro Rego (Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica); António Sousa Macedo (Presidente do Colégio de Engenharia Florestal); Luis Amaral (Presidente do Colégio de Engenharia Informática); Luís Martins Marinheiro (Presidente do Colégio de Engenharia do Ambiente) e Dra. Alice Freitas (Chefe de Serviços), que assistiu e elaborou esta ata.

Justificou a ausência o Senhor Eng. António Sousa Correia (Presidente do Colégio de Engenharia de Materiais).

1- Aprovação da Ata da reunião anterior

Foi aprovada, sem alterações, a ata n.º 1/2014, de 15 de janeiro de 2014.

2- Informações

2.1 – Conhecimento das Decisões do CDN

O Presidente do CCC informou que desde a última reunião do CCC tinha-se realizado apenas uma reunião do CDN, a qual teve lugar no dia 25 de fevereiro, em Coimbra.

Das decisões do CDN tomadas nessa reunião destacou as seguintes:

- Não aumentar o valor das quotas, atendendo à situação desfavorável em que se encontram muitos membros da OE, mas apenas proceder na próxima reunião à avaliação e eventual revisão das taxas cobradas em contrapartida da prestação de serviços.

- Aprovação dos 2 modelos de Declaração a serem emitidos no âmbito do Regulamento do Desempenho Energético dos Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto. Tendo este assunto sido apresentado pelo Grupo de Trabalho do qual fazem parte elementos das Regiões que tem vindo a trabalhar na matéria das Declarações e tendo sido considerada necessária, para o efeito, a definição dos critérios e requisitos de exigência/competências a observar para a sua emissão, o Eng. Carlos Loureiro referiu que tinha entendido que o assunto deveria vir ao CCC, pelo que o mesmo iria ser tratado no ponto 7 da Ordem de Trabalhos.

- Manter no próximo número da Ingenium o figurino que tem vindo a ser seguido no que se refere ao enquadramento das notícias dos Conselhos Regionais de Colégio, não aplicando a decisão tomada sobre este assunto nas reuniões do Conselho Editorial de 19 de novembro e de 14 de

janeiro pp. de que as referidas notícias deviam ser inseridas no espaço da Especialidade e como tal deveriam ser publicadas na Secção "Colégios"

A propósito deste assunto, o Vice-presidente informou que a decisão do CDN foi tomada depois de terem sido ouvidas as manifestações de desacordo dos Presidentes das Regiões que, de forma unânime, consideraram que a manter-se a decisão do Conselho Editorial, o espaço das notícias das Regiões ficaria esvaziado.

Deu conhecimento que face ao mencionado, o CDN havia decidido suspender a aplicação da referida orientação do Conselho Editorial, até nova ponderação do assunto em sede do Conselho Editorial.

Tendo sido abordados as duas possíveis soluções (divulgação das notícias dos Conselhos Regionais de Colégio no espaço das respetivas Especialidades ou no espaço das Regiões), foram tecidas algumas considerações de que se destaca, designadamente:

Colégio de Engenharia Geográfica

A Presidente do Colégio, Eng.ª Teresa Sá Pereira, salientou que a questão devia ser vista na perspetiva do leitor, para quem o que interessa é inteirar-se dos assuntos da sua Especialidade. Na sua opinião, o debate e a apreciação devia centrar-se nas notícias e no seu conteúdo que é o mesmo, independentemente do local onde são publicadas. Considerou que não percebia nem concordava com a perspetiva apresentada pelas Regiões e referiu que este tipo de discussões ajudava a afastar os próprios Membros da Ordem.

Colégio de Engenharia Agronómica

O Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica, Eng. Pedro Castro Rego, considerou que tinha dificuldades em entender e lhe gerava confusão a posição assumida pelas Regiões relativamente ao presente assunto. Mencionou que não existindo soluções perfeitas, devia imperar a regra do bom senso. Uma vez que a decisão que foi tomada pelo Conselho Editorial foi subscrita por unanimidade dos seus membros, não lhe parecia razoável que a mesma tivesse sido posta em causa por quem se sentiu desconfortável, para de seguida se procurar a solução ideal. Em seu entender a OE perde muito com este tipo de posições.

O Eng. Carlos Loureiro referiu que tendo já sido igualmente dirigente de uma Região percebia os dois posicionamentos considerando, no entanto, que a posição dos Colégios era mais racional e a das Regiões mais emocional. Salientou que o assunto era encarado pelas Regiões como fundamental e formulou votos de que fosse encontrada a melhor solução, a contento das partes envolvidas.

- O CDN considerou positiva a adesão à CLGE (Comité de Liaison des Géométres Européens), proposta pelo Colégio de Engenharia Geográfica, mas apresentou algumas reservas, atendendo, designadamente, ao facto da representação da OE ter que ser partilhada com a Associação Portuguesa de Topógrafos (APT), que é atualmente a representante portuguesa na CLGE e por considerar que esta congrega profissionais com um nível de formação académica menos exigente.

A Eng.ª Teresa Sá Pereira informou que a CLGE era uma Associação Europeia de profissionais de nível académico correspondente ao dos membros da OE e que tendo-se deslocado a Portugal o seu Presidente, aquando da realização em Lisboa do evento da FIG, o mesmo tinha considerado que a

referida representação devia ser assegurada pela Ordem dos Engenheiros, através do Colégio de Engenharia Geográfica.

Referiu que não lhe parecendo confortável para a OE que no caso de se vir a fazer eventualmente representar, a respetiva quota seja paga pela APT ou vice-versa, entendia que a questão não era impeditiva nem implicava quaisquer riscos para a OE uma vez que, em sua opinião, os profissionais impõem-se pelo seu mérito e competência.

Em seu entender a existência de uma Associação de Topógrafos constituía mais uma singularidade do País, que num futuro próximo poderá mesmo vir a extinguir-se atendendo ao número cada vez menor deste tipo de profissionais, pelo que não via qualquer óbice mas apenas vantagens no que se refere a esta representação, que a não concretizar-se constituirá, certamente, uma perda para os Engenheiros Geógrafos e para a OE.

2.2 – Outras Informações

2.2.1 – Diálogo Civil em domínios abrangidos pela PAC

O Eng. Pedro Castro Rego informou que tinha solicitado a intervenção da OE, no sentido de encontrar a melhor via de assegurar uma intervenção mais efetiva junto dos órgãos da EU quanto a matérias do âmbito da Política Agrícola Comum.

Referiu que a sua solicitação resultava de facto da Comissão Europeia ter decidido em dezembro passado criar um quadro de diálogo civil em domínios abrangidos pela PAC e que nos termos dessa decisão estava prevista a constituição de grupos de diálogo civil no âmbito de organizações da sociedade civil integradas no Registo de Transparência Comum Europeu que venham a candidatar-se segundo um processo de convite e sejam escolhidos.

O Presidente do Colégio de Engenharia Agronómica mencionou que o objetivo era a OE avaliar a pertinência de ser tomada alguma diligência, designadamente, no que se refere a saber se a FEANI se propõe intervir no processo, para que os membros nacionais possam participar e em caso negativo se é possível tomar alguma iniciativa no sentido dessa intervenção ainda ser possível ou se tal não for viável se a OE deve intervir individualmente.

Tendo o assunto sido remetido para a OE e tendo vindo a transitar internamente sem que tenha sido tomada ainda qualquer posição, o Eng. Pedro Castro Rego solicitou ao Presidente do CCC a sua intervenção de modo a que fosse agilizada uma tomada de posição por parte da OE, sob pena do tempo ainda disponível se esgotar em consultas internas e deixar de haver entretanto condições para que a referida intervenção possa ainda concretizar-se.

O Eng. Carlos Loureiro ficou de se inteirar melhor do encaminhamento interno do assunto e de diligenciar conforme solicitado.

3- Emissão de Pareceres

a. Pareceres sobre a outorga do Título de Especialista

Proposta de Pareceres Favoráveis – Especializações Verticais

Foram aprovados, por unanimidade, os pareceres favoráveis sobre a outorga do título de Especialista emitidos pela Comissão Executiva da Especializações Verticais em Segurança no Trabalho da Construção, Estruturas e Direção e Gestão da Construção, relativamente aos Membros constantes da lista anexa que constitui o Anexo I a esta Ata.

Conhecimento dos pareceres desfavoráveis emitidos pelas CE das Especializações

O CCC tomou conhecimento dos pareceres desfavoráveis sobre a outorga do título de Especialista emitidos pelas Comissões Executivas das Especializações em Hidráulica e Recursos Hídricos e em Estruturas (Verticais) e Engenharia de Climatização (Horizontal), relativamente aos membros constantes do referido anexo.

b. Membro Sénior

O CCC emitiu parecer favorável à atribuição do Nível de Qualificação de "Membro Sénior" quanto ao requerimento dos membros efetivos, cujos pedidos foram apreciados pelos Conselhos Nacionais dos respetivos Colégios, nos termos constantes da lista junta, num total de 84 e que constitui o Anexo II a esta Ata.

c. Membro Conselheiro

Não foram recebidas candidaturas a Membro Conselheiro.

d. Pareceres sobre ações de formação contínua

O Presidente do CCC informou que foram recebidas, ainda ao abrigo do antigo Sistema de Acreditação de Ações de Formação Contínua, dois novos pedidos de acreditação das seguintes ações:

- "Conceção, Dimensionamento e Execução de Soluções de Reforço e Melhoramento de Terrenos", da FUNDEC;

- "Pós-Graduação em Cálculo Assistida de Estruturas", do ISEP;

Tendo sido recebidos os pareceres favoráveis do Colégio de Engenharia Civil e dos Presidente das Regiões Sul e Norte, o CCC pronunciou-se favoravelmente à acreditação das referidas ações.

4- XX Congresso da Ordem dos Engenheiros – Sessões Temáticas

O Eng. Carlos Loureiro informou que devido a alguns problemas surgidos e relacionados com as salas, houve necessidade de alterar o local e datas de realização do Congresso, o qual terá lugar na Alfandega do Porto, nos próximos dias 17 e 18 de outubro.

Referiu que, nos termos dos 2 documentos distribuídos, se tornava necessário apresentar ao CDN, com alguma brevidade, o Programa Geral, bem como a definição e implementação das Sessões Técnicas.

Havia ainda necessidade, de acordo com o Estatuto, de ser proposto o Secretário do Congresso.

Relativamente à apresentação de Comunicações voluntárias, cujo prazo de entrega terminou no passado dia 28 de fevereiro, colocava-se a questão de se prolongar ou não o referido prazo, sendo que o prazo

previsto para confirmação da aceitação por parte da Comissão de Programa termina no próximo dia 18 de abril.

No que se refere às Sessões Técnicas, o Eng. Carlos Loureiro mencionou que na proposta agora distribuída os Temas Energéticos foram associados aos Temas Ambientais (contrariamente ao inicialmente proposto, em que se encontravam incluídos nas Infraestruturas), atendendo à previsão de que a Descarbonização da Energia venha a assumir um papel de grande relevância na nossa economia.

Colocou à consideração dos presentes esta alteração, bem como a seguinte proposta de sistematização temática:

1. Infraestruturas;
2. Indústria;
3. Mundo Rural, Agricultura e Florestas;
4. Energia e Ambiente;
5. Mar e Litoral.

Foram trocadas impressões sobre cada uma das 5 áreas temáticas e efetuadas relativamente a algumas delas, algumas sugestões de alteração.

Foi proposto que a 3ª Área Temática passasse a designar-se "Desenvolvimento Rural, Agricultura, Florestas e Sustentabilidade" e que a 4ª Sessão passasse a designar-se "Ambiente e Energia".

Para efeitos de implementação das 5 Áreas Temáticas, o Eng. Carlos Loureiro propôs a constituição de 2 Grupos de Coordenação (o Grupo I seria constituído pelas Sessões Técnicas a realizar no dia 17 de outubro, das 15h00 às 18h00, e o Grupo II seria constituído pelas Sessões Técnicas a realizar no dia 18 de outubro das 12h00 às 13h30), sendo cada Grupo constituído por 3 membros. A coordenação de cada grupo seria atribuída ao Presidente do Conselho Nacional de Colégio envolvido e que represente o maior número de membros efetivos e integraria ainda o Coordenador da Comissão Executiva igualmente envolvida, sendo no entanto possível a respetiva substituição.

Dos 15 elementos que vão integrar os referidos Grupos de Trabalho farão parte os 12 Colégios e as 3 Especializações com mais afinidades com os temas em questão.

Foram trocadas impressões sobre a possível coordenação das referidas Sessões, bem como relativamente ao esboço do Programa do Congresso distribuído. Quanto a este último foi solicitado aos Colégios, que começassem a pensar em possíveis nomes a convidar para Conferencistas.

No que se refere ao Secretário do Congresso, o Eng. Carlos Loureio informou que iria ser nomeado na próxima reunião do CDN para essa função, o Dr. João Gens.

Tendo alguns Colégios, no seguimento do ocorrido em anteriores edições, manifestado interesse em aproveitar o Congresso para realizar Encontros Nacionais com abordagem de temas da sua especialidade, o Presidente do CCC ficou de confirmar da sua viabilidade e de informar oportunamente os Colégios que manifestaram esse interesse.

Tendo em conta as indicações e sugestões resultantes da reunião, o Eng. Carlos Loureiro ficou ainda de preparar e enviar uma proposta contendo os nomes dos membros que irão integrar as Sessões, incluindo a indicação da respetiva coordenação. Ficou ainda de remeter aos Coordenadores de cada um dos dois

grupos envolvidos, as propostas de comunicações recebidas tendo em vista a avaliação e admissão das comunicações que merecem aprovação dentro do prazo estipulado.

5- Atos de Engenharia – Atos Regulados

a. Listas da Fase 2
b. Preparação da Fase 3

O Eng. Carlos Loureiro referiu que tinha sido distribuído por e-mail antes da presente reunião, o documento intitulado "Atos de Engenharia – Atos regulados", o qual corresponde à Fase 2 do trabalho dos atos de engenharia, prevista na metodologia que oportunamente foi apresentada e aprovada no CDN e que contempla a lista dos Atos de Engenharia e das respetivas exigências no âmbito dos Colégios.

Informou que tendo recebido o contributo de alguns Colégios, lhe tinha parecido que os mesmos teriam mais a ver com os Atos de que com a lista dos Atos Regulados que agora foi apresentada e que encerra a referida Fase 2. Lembrou que a Fase 3 (Lista dos Atos de Engenharia, de exigências e de recomendações) se, devia iniciar com a análise da questão das sobreposições que tinha ficado pendente e que havia sido colocada por alguns Colégios, designadamente Geográfica e Ambiente.

Considerou que o primeiro passo seria identificar das listas mais completas dos atos, inicialmente elaboradas pelos Colégios, as referidas áreas de sobreposição para serem posteriormente discutidas, bem como as eventuais lacunas e que se devia dar igualmente conhecimento às Especializações de que o referido trabalho se encontra em curso.

O Eng. Carlos Loureiro mencionou que uma vez concluída a Fase 3 se deveria proceder à publicação dos Atos não só no Portal como em DR.

Referiu igualmente importante definir uma estratégia e ter uma metodologia assente numa filosofia comum aos diversos atos de engenharia e que possa ajudar, sempre que a OE necessite de dialogar com o Governo, de forma a propor e recomendar os requisitos adicionais que devem ser preenchidos para efeitos de regulação da profissão.

Admitindo-se que em matéria de atos regulados possam existir lacunas e tendo-se na reunião anterior proposto o recurso a uma colaboração externa para efeitos de levantamento exaustivo dos diplomas que contenham atos de engenharia nas diferentes especialidades, a validar pelos Colégios, o Eng. Pedro Castro Rego considerou que faria mais sentido não fechar ainda a Fase 2, para se fazer depois novamente alterações na mesma, mas sim fechá-la primeiro adequadamente e só depois avançar para a Fase 3.

O Eng. Carlos Loureiro referiu que será preferível que as eventuais alterações sejam oportuna e futuramente introduzidas uma vez que existe uma grande pressão das Regiões sobre os atos de engenharia, que são considerados fundamentais para os Serviços poderem trabalhar e para resolver os casos concretos que surgem.

O Eng. Pedro Castro Rego considerou que o trabalho dos atos regulados será um passo fundamental mas que o mesmo só fará sentido quando estiver completo. Referiu que se o documento for designado por lista dos atos da Fase 2 merece o seu acordo, mas que se for designada por lista dos atos regulados discorda porque a mesma está incompleta, não percebendo porque é que não se incluíam já todos os atos.

O Presidente do CCC mencionou que com a previsão das 3 fases se procurou fazer aproximações sucessivas ao objetivo pretendido. Em sua opinião a Fase 1 foi conseguida porque não foram analisadas as

sobreposições, chegou-se à Fase 2 embora a lista dos atos regulados ainda seja incompleta, podendo agora iniciar-se a passagem para a Fase 3.

Cada Colégio ficou ainda de explicitar, até à próxima reunião do CCC, as possíveis sobreposições.

6- Critérios de qualificação profissional aplicáveis à subscrição dos projetos acústicos de edifícios.

O Eng. Carlos Loureiro informou que se encontrava pendente da apreciação, a proposta que tinha sido apresentada pela Comissão Executiva da Especialização em Engenharia Acústica, no decurso do mandato anterior (ANEXO III). Por razões de oportunidade da discussão do assunto no âmbito da definição dos atos de engenharia da Fase 2, o assunto ficou de ser analisado nesta altura.

O Eng. Carlos Loureiro explicitou em traços gerais o conteúdo da referida proposta sobre a revisão dos critérios de qualificação profissional para a subscrição de projetos acústicos assente nas alterações legislativas entretanto ocorridas e colocou a mesma à consideração dos presentes.

Foi analisada a proposta e a matriz anexa, na qual constam as diversas obras agrupadas em 4 categorias distintas e prevê os engenheiros que estão habilitados a subscrever, em cada categoria, os respetivos projetos acústicos.

A Eng.ª Cristina Machado considerou que embora a proposta fosse mais restritiva para os Engenheiros Civis do que o regime que tem vindo a ser aplicado, a mesma merecia o acordo do Colégio de Engenharia Civil desde que as duas primeiras obras da categoria IV (Edifícios escolares e Hospitais) transitassem para a categoria III.

Não havendo qualquer oposição por parte dos restantes Colégios, o Eng. Carlos Loureiro ficou de informar o Coordenador da Especialização da apreciação do CCC e, uma vez obtida a respetiva anuência, levar a proposta, com a alteração agora introduzida, à próxima reunião do CDN para aprovação.

7. Regulamento de Desempenho Energético de Edifícios – Quadros de requisitos de exigência

No seguimento da informação já prestada no ponto 1 (decisões do CDN), no que diz respeito ao Regulamento mencionado, e aos modelos aprovados de declaração a emitir (Anexo IV), o Eng. Carlos Loureiro referiu que tinha elaborado uma grelha contendo os quadros de exigência no âmbito do referido regulamento, tendo o documento merecido o acordo dos presentes.

7.1 – Regulamento do Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços (RECS) – Projetos de Iluminação

O Eng. Carlos Loureiro deu conhecimento do posicionamento adotado pela Comissão Executiva da Especialização em Luminotecnia, no que se refere à importância dos projetos de iluminação e ao seu enquadramento à luz do Regulamento Mencionado (Anexo V). Tendo o referido posicionamento sido acolhido pelos presentes, incluindo pelo Presidente do Colégio de Engenharia Eletrotécnica, o Eng. Carlos Loureiro ficou de levar igualmente o assunto à próxima reunião do CDN.

8 - Diversos

8.1 – Dúvidas sobre recusa de emissão de declaração

O Eng. Carlos Loureiro informou que tinha decidido trazer este assunto à reunião, em virtude da divergência de opiniões verificada entre dois Colégios de Especialidade (Civil e Geológica e Minas), acerca de um pedido de emissão de declaração habilitante da assunção da direção técnica de alvará de obras.
Tendo elaborado um documento de suporte que foi distribuído pelos presentes (Anexo VI), foram analisados os possíveis encaminhamentos ou metodologia a seguir, no sentido de encontrar uma solução para o caso concreto que despoletou os referidos posicionamentos divergentes e que constam do documento elaborado pelo Vice-presidente.
Numa explicitação resumida feita pelas Engenheiras Cristina Machado e Teresa Burguete foram aduzidos os principais argumentos que estiveram na base das posições divergentes assumidas pelos dois Colégios. Para o Colégio de Eng.ª Civil o parecer é desfavorável em virtude de não ter sido demonstrada experiência profissional na área, para Geológica e Minas, a Portaria que regulamenta a matéria não especifica a necessidade de intervenção de um Engenheiro Civil.
Após troca de impressões foi considerado que neste e noutros casos similares que venham a surgir, em que um ato de engenharia pertence a um Colégio e é praticado pelo membro de outro Colégio, o parecer devia ser emitido conjuntamente pelos dois Colégios, e só ser passível de recurso em caso de desacordo dos mesmos.

8.2 – Adesão da OE, através do Colégio de Engenharia Florestal, à Associação para uma Gestão Florestal Sustentável (Forest Steward Ship Council Portugal)

O Eng. António Sousa Macedo informou que tinha recebido um convite para a OE aderir, através do Colégio de Engenharia Florestal, à FSC Portugal, bem como a integrar uma lista para as eleições para os seus corpos sociais para o triénio 2014-2017 no âmbito da Comissão para a resolução de Conflitos. Referiu que a Forest Stewards Ship Council (FSC) é uma associação não-governamental, internacional e independente, com sede em Bona, que tem como objetivo assegurar que as florestas de todo o mundo sejam geridas de acordo com critérios ambientais, económicos e sociais, internacionalmente reconhecidos.

A FSC é uma entidade acreditada que reconhece entidades certificadoras como qualificadas para levar a cabo processos de certificação florestal FSC, sendo a representação local assegurada pela associação para uma Gestão Florestal Responsável (AGFR), que tem como função a regularização da certificação florestal FSC em Portugal.

Informou que o Conselho Nacional do seu Colégio considerou de muito interesse esta representação, do ponto de vista do setor florestal, sendo o custo anual da mesma diminuto (cerca de 200€).

Decorrendo as referidas eleições no dia 19 de Março e sendo a reunião do CDN no dia 18, o Eng. Carlos Loureiro ficou de auscultar previamente os membros do CDN acerca desta pretensão (cuja formalização da decisão teria no entanto que ocorrer apenas na reunião do Conselho Diretivo) e informar o Eng. Sousa Macedo dos respetivos desenvolvimentos.

8.3 – Definição de sistema de avaliação dos técnicos de instalação e manutenção de edifícios e sistemas dos requisitos para a certificação das entidades formadoras dos referidos técnicos no âmbito do Sistema de Certificação Energética de Edifícios

O Eng. Pedro Castro Rego deu conhecimento da publicação da Portaria 66/2014 de 12 de Março, que foi distribuída pelos presentes, e que vem definir o referido sistema de avaliação de técnicos e dos requisitos para a certificação das entidades formadoras, no âmbito do Sistema de Certificação Energética de Edifícios e salientou que deveria haver pressão por parte da OE para que a referida certificação fosse feita por Engenheiros.

8.4 – VII Encontro Nacional do Colégio de Engenharia Mecânica

O Eng. Rui de Brito informou que o seu Colégio ia levar a efeito nos dias 14 e 15 de Março, no auditório da OE, o seu VII Encontro Nacional. Deu conhecimento que o mesmo contava com 3 Patrocinadores e 3 Apoiantes sendo o montante recebido de cerca de 5000€. Informou ainda que foram aceites 27 comunicações técnicas e recebidas cerca de 80 inscrições.

O Presidente do Colégio de Mecânica referiu que gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer o apoio prestado pelas Colaboradoras do Secretariado dos Colégios evidenciando, em especial, trabalho desenvolvido pela Dra. Alice Freitas na preparação deste Encontro.

8.5 – Conferência "Um Contributo da Engenharia para a Defesa da Floresta Contra Incêndios – DFCI

O Eng. Sousa Macedo informou que o seu Colégio ia realizar no dia 11 abril, no auditório da OE, uma conferência intitulada "Um Contributo da Engenharia para a Defesa da Floresta Contra Incêndios – DFCI", na qual se pretende centrar a temática dos Incêndios na Engenharia e não tanto nas questões colaterais, como tantas vezes acontece na discussão deste tema essencial.

Deu conhecimento que o seu Colégio convidou o Colega Espanhol Eng. Marc Castellnou para intervir na Conferência, apresentando os trabalhos que tem vindo a ser desenvolvidos com sucesso na Catalunha.

9 – Próxima Reunião

A próxima reunião do Conselho Coordenador dos Colégios terá lugar no dia 7 de Maio. As demais reuniões de 2014 decorrerão nas seguintes datas:

a) - 10 de setembro
b) - 29 de outubro

10 – Encerramento da reunião

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelas 18h30.

Eng.º Carlos Loureiro
(Presidente)

Dra. Alice Freitas

Lisboa, 12 de março de 2014